

INVENTAR OBJETOS OU REIFICAR A SI MESMO? O CASO DOS LINCHAMENTOS INVENTING OBJECTS OR REIFY YOURSELF? THE CASES OF LYNCHINGSB

Profa. Dra Luziana Ramalho RIBEIRO
Universidade Federal da Paraíba
PPGDH/UFPB/Campus I
luzianaribeiro.ufpb@gmail.com

RESUMO: Nesse artigo, temos o escopo de problematizar o ato de “produção científica”, exatamente como o termo sugere, algo construído/inventado pela figura de quem escreve. Entendemos que não há realidade, sociedade, estado, lei, povo em si, mas antes nós construímos “o mundo” à nossa ilusão de imagem e semelhança. Desse modo, qualquer campo do cotidiano ou das chamadas ciências, ou mesmo da filosofia são sempre fruto de uma significação e simbolização do humano, pois que as “representações/apresentações”, inclusive as ciências ditas exatas são passíveis, antes de mais nada, de negações, acréscimos ou reconfigurações. A metodologia trata-se de um estudo qualitativo e de análise de discurso. Entendemos que não há objeto em si, como também é preciso problematizar a perspectiva metodológica a partir da qual norteamos nosso conhecimento. Tanto o “fato”, quanto a teoria e o método que utilizamos para construí-lo/recortá-lo, são o resultado de uma escolha e bricolagem do pesquisador, desse modo, nem quantitativo, nem qualitativo, nos garantem/fornecem bases para construirmos análises objetivas ou subjetivas estrito senso. De fato, o emergente na produção de ciência não nos parece ser o modo como fizemos, ou por que fizemos, mas antes, como narramos o quê e como fizemos, ou seja, a arte e valor da produção científica está antes de mais nada na qualidade persuasiva do texto e não em nenhuma pretensa verdade teórica, metodológica ou empírica pois os dados são forjados/construídos, “tratados” pelo pesquisador.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência. Objeto. Invenção. Linchamento.

ABSTRACT: This paper, we have the *scopus* of problematizes the act of “scientific production”, as the term suggest, something build/invented by the persona who writes. We understand that there is no reality, society, state, law, people in them, but rather we construct "the world" as our illusion of image and likeness. Thus any field of daily life or so-called sciences, or even of the philosophy always are product of a meaning and human symbolization, because "representations / presentations", even the so-called exact sciences, are primarily capable of negations, additions, or reconfigurations. The methodology is a qualitative study and discourse analysis. We assume that there is no object in itself, as we must also problematize the methodological perspective from which we guide our knowledge. Both the "fact" and the theory and method used to construct / edit are the result of a choice and bricolage of the researcher, in this way, neither quantitative nor qualitative, guarantee/ provide us the bases for constructing subjective or objective strict sense analyses. In fact, the emergence in the production of science does not seem to be the way how we did, or why we did, but rather, how we narrated what and how we did. In other words, the art and value of scientific production is first of all on the persuasive quality of the text and not in any pretended theoretical, methodological truth or empirical data, because the data are forged / constructed, "treated" by the researcher.

KEY-WORDS: Science. Object. Invention. Lynching.

INTRODUÇÃO

A temática da produção discursiva, que tem na chamada ciência moderna, seu pilar, tanto para a construção de regimes de verdade, quanto tendo em vistas as práticas de assujeitamento nos motiva a problematizarmos o caso da relação sujeito-objeto. Mais ainda, nos leva a instigação, à ousadia de construirmos uma análise que aproximasse a discussão desses conceitos vistos como binômios dependentes, na moderna cultura Ocidental e, também problematizar a perspectiva metodológica de construção de um objeto científico e da sua abordagem. Nesse sentido, entendemos que:

O que está em questão é o que *rege* os enunciados e a forma como estes se *regem* entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, susceptíveis de serem verificadas ou infirmadas por procedimentos científicos. Em suma, problema de regime, de política do enunciado científico (FOUCAULT, 1987, p. 4). (Grifos do autor).

Todo texto é a intenção de quem escreve de ser visto/compreendido e ser aceito (cf. FOUCAULT, 2001), por quem o lê, é a tentativa de construção da visibilidade do mundo que para ele é “real”. Nesse sentido, aqui também está sendo construindo o objeto linchamento, construindo-o a partir do recorte teórico-metodológico nietzscheano e foucaultiano, construindo-o ao “mapeá-lo” nos discursos midiáticos, inventando-o como recorrência da violência, vista como fundante. Afinal, a motivação para escrever esse texto são razões semelhantes às de Foucault:

O motivo que me impulsionou [a escrever...] foi muito simples. Para alguns, espero, este motivo poderá ser suficiente por ele mesmo. É a curiosidade- em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegura-se apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se, se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para se continuar a olhar e a refletir. [...] <o ensaio> - que é necessário entender como experiência modificadora de si no jogo da verdade, e não como apropriação simplificadora de outrem para fins de comunicação- é o corpo vivo da filosofia, se, pelos menos, ela for ainda hoje o que era outrora, ou seja, uma <ascese>, um exercício de si, no pensamento. (FOUCAULT, 1984 *apud* RIBEIRO, 1985).

Desse modo, esse texto nasceu, cresceu e tem a pretensão de nunca estar acabado, inclusive por que partimos do princípio de que esse é só um dos olhares possíveis para a temática em questão e que de todo modo, há uma infundável

possibilidade discursiva e prática que não é abordada aqui, seja por razões de escolha instrumental, seja por ignorância nossa, a tais abordagens.

Logo, temos a clareza de que os discursos sobre a relação Sociedade-Estado-Linchamento são apenas mais uma invenção política, histórica e cultural a partir do lugar de amadurecimento/imaturidade, ousadia e vontade de saber que impulsiona a autora do presente trabalho.

No caso de ações violentas nos chama a atenção à recorrência das práticas de linchamentos, que são por nós vistas como o extravasamento do instinto da vingança, a busca pela ordem, outra ordem. Mesmo que sejam tidos como ilegalismos, eles se sobressaem às normas postas, mas, como consumações do desejo não se tornam uma nova ordem e esmaecem no próprio ato de linchar e necessitam do anonimato, do esquecimento! Até que uma nova força desejante, instale-se.

A violência, para nós, é uma ação rizomática e fundadora da própria sociabilidade. Afinal, somos sempre um misto entre o arcabouço cultural que encontramos postos ao chegarmos ao “mundo” e as bricolagens de “escolhas” e rupturas que vamos realizando ao longo da nossa existência. Assim, é sempre entre o agora e o “agora já modificado” que persistimos na longa jornada que é nos crermos um, ou seja, alguém diferente do nós ou deles e mais diferente ainda do que fomos ontem. Nesse sentido, todo processo de humanização é ao que parece um ato violento de negação do outro, inclusive o outro que fomos nós mesmos no passado.

A partir da década de 1980¹, vimos com espanto crescerem os índices que apontavam para uma escalada da violência na sociedade brasileira, violência entendida aqui no plural e não apenas nesse ou naquele aspecto da vida social². Tinha se

¹“A associação entre homicídio e armas de fogo varia de forma significativa entre as regiões do país. O impacto do crescimento das armas de fogo no total de homicídios aumentou sistematicamente em quatro das cinco regiões entre 1980 e 2002. O maior impacto ocorreu nas regiões Sul e Nordeste, onde houve um aumento de 12% no período. [...] Os homicídios apresentam perfis característicos de vitimização. Um dos grupos mais vulneráveis a essa violência, seja como agressor, seja como vítima, é dos jovens. A morte violenta é a principal causa de mortes para jovens entre 15 e 25 anos no Brasil. Na década de 1980, morriam 33 jovens para cada grupo de 100 mil vítimas por armas de fogo. Hoje, temos uma taxa de 55 para 100 mil. A análise desagregada dos dados mostra grande concentração em grupos específicos da população, havendo um padrão de mortalidade extremamente elevado para homens, jovens, negros que vivem nos municípios com população acima de 25 mil habitantes” (BEATO FILHO; MARINHO, 2007, p. 185).

² “Não existe um conceito fechado de violência, ele varia de acordo com cada sociedade. Porém, nas sociedades ocidentais há uma singularidade em conceituar a violência enquanto perda dos direitos e/ou quando o cidadão tem sua integridade moral e física ameaçada. A violência pode ser um mecanismo de defesa, quanto pode ser intencional”. (SANTOS; GOMES, 2008, p. 105).

constituído em tese um “Estado de direitos”, mas os indivíduos eram ainda extremamente violentadores. Um exemplo disso está disponível no modo como as pessoas, “sociedade brasileira”, abrigam e valorizam a espetacularização/publicização da violência, como a variedade de programas jornalísticos que exploram a temática da mesma.

Particularmente, no que concerne às mortes violentas, chamou-nos a atenção o crescimento das estatísticas acerca dos linchamentos públicos, que numa espécie de *revival* da não centralidade do uso da violência legítima pelo “Estado”, acenava como uma nuance de um pretense projeto de modernidade-racionalidade inconcluso ou impossível de ser realizado.

A retomada, ou a publicização dos casos de linchamento, promovida pelos meios de comunicação de massa acenam para um modo diferente de justiça. Ora, não é a justiça legal, como também não é mais somente a ação dos grupos de extermínio. Agora diferentemente são os populares que tomam para si o exercício da justiça. Especialmente um caso de linchamento chamou a atenção em determinado momento, pois o mesmo foi praticado dentro de uma instituição carcerária que, de todo modo, representa na modernidade a intenção de conter e reprimir atos ditos “anormais”. Os que estavam presos deveriam estar constantemente vigiados, pois estavam sob a disciplina do Estado de direito e punitivo. Como então poderia haver brecha para a “justiça popular”?³

³ “Os detentos do presídio do Monte Santo, em Campina Grande, espancaram e queimaram até a morte, na madrugada deste sábado (08), José de Anchieta Lima, de 23 anos, suspeito de ter estuprado e assassinado a estudante Daiane Maria da Silva, de 12 anos. Escondeu o corpo na fossa de casa - O corpo da adolescente, que estava desaparecida desde 12 de junho, foi encontrado esta semana dentro de uma fossa, nos fundos de uma residência na zona rural de Campina Grande. Um homem que morava de aluguel na residência foi o acusado de matar a menina e esconder o corpo (os médicos legistas ainda avaliam se ela foi estuprada). O cadáver foi encontrado pelo proprietário da casa, que iria fazer um reparo na fossa na ausência do inquilino. **Espancado e queimado vivo** - Preso, o acusado foi levado para o presídio e colocado sozinho numa cela. Durante a madrugada, porém, os demais detentos iniciaram uma revolta, queimaram colchões, conseguiram sair das celas e chegar ao suspeito da morte da menina. Eles o levaram para o pátio do presídio, onde o lincharam com paus e pedras e o queimaram. **Multidão tenta esquartejar o corpo** - Uma multidão tentou invadir a Unidade de Medicina Legal de Campina Grande no início da tarde deste sábado para resgatar o corpo de José de Anchieta Lima. Do lado de fora da UML, as pessoas gritavam que queriam levar o corpo de Anchieta para destroçar e espalhar os pedaços em plena via pública. A situação ficou tensa e a tropa de choque da Polícia Militar foi chamada para conter os ânimos. **Só duas horas após a chegada da multidão**, à UML a situação foi contornada, com a transferência do corpo de José de Anchieta para o Instituto de Medicina Legal, na capital, João Pessoa”. (ACUSADO DE... 2006).

Para problematizarmos tal contrassenso é oportuno lembrar aquele mito grego da vida humana metaforizada na nau, que diz em linhas gerais que todo ser humano nasce em meio a um maremoto e é o próprio humano um tripulante da nau que deverá atravessar a tempestade na noite escura. Assim, cabe a cada um escolher as estratégias a partir das quais tomará o leme e guiar-se-à na turbulência. Enfim, estamos entregues à própria sorte! E parece que o homem não tem sido muito providente, ele tem, e muito, ousado desafiar os deuses e guiar a si mesmo.

Quantas vezes, amor, te amei sem ver-te e talvez sem lembrança, / sem reconhecer teu olhar, sem fitar-te, centauro, / em regiões contrárias, num meio-dia queimante: / era só o aroma dos cereais que amo. / Te amei sem que eu soubesse, e busquei tua memória. / Nas casas vazias entrei com lanterna a roubar teu retrato. / Mas eu já não sabia como eras. De repente, Enquanto ias comigo te toquei e se deteve minha vida: / Diante de meus olhos estavas, regendo-me, e reinas. / Como fogueira nos bosques o fogo é teu reino (NERUDA, 1998, p. 28).

Para Agambem (2007), quem escreve deve ter a consciência de que a sua escrita tem a pretensão de ser original, de ter estilo próprio, contudo, o autor é um selecionador criativo (quem sabe um alquimista?).

Concordamos com o mesmo quanto à tentativa de dessacralizar o lugar da autoria de ideias e abordagens em relação aos problemas a partir dos quais o pesquisador volta o seu olhar. No entanto, entendemos ser impossível a qualquer “escritor” não estar efetivamente presente em seu texto. Temos que em ciência, na política ou mesmo na arte, nós re-elaboramos e re-significamos símbolos já criados, como dizia Fernando Pessoa, “nós nos admiramos com a eterna novidade do novo.”

Desse modo, o que foi discutido aqui não foi especialmente a “descoberta” acerca da temática da modernidade e, a partir dela o Olhar sobre a violência, mas re-pensamos essa temática trans-temporal a partir de um lugar que se pensa fragmentado, descontínuo e preñado de diferentes possibilidades interpretativas. Com isto, queremos propor que o estudo sobre as *vidas infames* (daqueles que não se coadunam com a ordem posta, como por exemplo, os promotores da justiça popular e que, portanto, transformam outras vidas em corpos dispensáveis). O acontecimento do linchamento, nos possibilita, pensarmos na questão que Agambem (2007) coloca ao propor a tese da desconstrução da ordem jurídica a partir do fato de que toda tentativa de racionalização/representação da coisa pela via da linguagem/conceituação mata “o real”.

2. PENSAR O OBJETO É SEMPRE REPRESENTÁ-LO?

Mas, para dizer também alguma coisa das ciências e das artes, não foi a sede de glória que estimulou os homens a inventar e a transmitir à posteridade todas essas artes, todas essas ciências que vêm como algo tão maravilhoso (ERASMO, 2007, p. 40).

Heidegger (1999) pensa a constituição da ordem moderna como um exacerbamento da metafísica do esquecimento do ser. O que teria levado o homem a uma tecnoburocratização da vida, numa tentativa de nomear/ordenar as coisas pela via da busca dos por quês? E, ao mesmo tempo, esse homem ver-se constantemente assomado pela força do acaso-acontecimento, da desordem. Desse modo, persiste a desrazão, o não enquadramento, ou seja, a dificuldade da efetivação do princípio normatizador via a busca das origens.

O autor retoma os pensadores pré-socráticos, mas não para tomar esse termo como regra, senão na tentativa de não cair na linearidade, pois em tal autor eles estão para além de Sócrates, assim, não seria a tentativa de renascimento do pensamento pré-socrático, mas de um aprofundamento à discussão acerca da *essencialização do ser*.

Há na *Introdução à Metafísica* (HEIDEGGER, 1999), uma questão central, proposta pelo próprio autor, qual seja: *por que há o ente e não o nada?* Como possíveis saídas a esse impasse, Heidegger, propõe as seguintes teses: a) o que ele discutirá não será uma questão cronológica, mas epistemológica; b) não deve haver privilegiamento de um *ente-espécie*, mas o ente será tomado como categoria epistemológica; c) os fatos serão entendidos como *acontecimento ou puro acaso da existência*, como por exemplo, a vida humana; d) deve-se negar a busca dos porquês, como possíveis de descoberta das origens ou, das causas primárias; e) fazer filosofia é estar além e aquém do presente, é manter-se suspenso.

Para Heidegger, filosofar é *poetar* e desse modo, o mesmo não separa a noção de filosofia/ciência, desse modo, antes de qualquer outra coisa, produzir “conceitos-teses” é um ato de criação, logo, transcendência e poesia, assim, podemos ver adiante a poesia que ironiza a emergência da representação da coisa:

O que nós vemos das coisas são as coisas./ Por que veríamos nós uma coisa se houvesse outra? / Porque é que ver e ouvir seria iludirmo-nos / Se ver e ouvir são ver e ouvir? / O essencial é saber ver, / Saber ver sem estar a

pensar, / Saber ver quando se vê, / E nem pensar quando se vê / Nem quando se pensa (PESSOA, 2007, p. 63).

Nesse sentido, a filosofia/ciência não deve ser exercida como técnica utilitarista ou como a possibilidade de um constructo de conceitos que possam ser aplicados a certos fenômenos, logo, não seria esse o grande problema da modernidade, ou seja, “criar”, recriar conceitos a partir do princípio do *cosmos grego* e dispô-los na pretensão de forjar a ordem? Há aqui uma negação e crítica à essencialização do ser, processo este que os modernos retomaram como o grande achado classificatório e hierarquizante do real, esquecendo-se de que o próprio real será sempre em última instância uma invenção.

A tentativa de investigar o ser do ente (ou a pseudo essência das coisas, para representá-la/apresentá-la teoricamente) leva à enunciação de questões, a um querer-saber e esse fato é em última instância uma vontade de poder, como se se pudesse chegar a uma “iluminação” da questão. Portanto, não se vê aqui, uma crítica velada ao racionalismo metafórico platônico quanto ao *mito da caverna*? Não seria esse também o caso da pretensão da ciência moderna? Pois, para Heidegger (1999), o saber não implica necessariamente conhecimento sobre (algo), e, nem muito menos razão instrumental para a intervenção, pois que a “coisa” sempre ultrapassa a vontade de saber, pois essa vontade é continuamente renovada pelo desejo de mais saber e assim a “coisa” é recriada o tempo todo, a cada novo olhar ou teoria que ousamos lançar.

A investigação sobre o *ente* é sempre uma pretensão de construção/apreensão/visibilidade, mas como toda pretensão dá-se de modo incompleto, pois nunca chegamos ao desvendamento total, uma vez que o total como conceito ou forma, é também fruto da invenção de quem o pensa/denomina.

Ao contrário da postura relativista, a modernidade retomou com maestria a sistemática aristotélica (na busca em classificar e diferenciar os seus “objetos”, mas tendo por fim último distinguir o normal do patológico) num *revival* que perpassa as teses positivistas, marxistas e fenomenológicas, nas quais a ordem do dia é o estabelecimento dos princípios duais tais como: *ciência versus senso comum; razão versus religião; lei versus desordem; Estado versus povo; essência versus aparência*, enfim a busca de normatizar e normalizar a norma e o desvio, ou seja, a norma é tudo aquilo o que é posto pelas práticas de Estado, tais como escola formal, organização das

idades, organização do mercado de trabalho e do uso da violência, dentre outras. No caso do desvio torna-se preciso investigar, reprimir e punir aqueles que não seguissem a regra geral,

A organização monopolista da violência física geralmente não controla o indivíduo por ameaça direta. Uma compulsão ou pressão altamente previsíveis, exercidas de grande variedade de maneiras, são constantemente aplicadas sobre o indivíduo [...] a monopolização da violência física, a concentração de armas e homens armados sob uma única autoridade, torna mais ou menos calculável o seu emprego e força os homens desarmados [...] a controlarem sua própria violência mediante precaução e reflexão (ELIAS, 1994, p. 201).

Desse modo, Elias (1994), ao mapear a formação dos “Estados modernos” e propondo-se compreender o surgimento e consolidação da centralidade do exercício do poder nas mãos do “Estado”, problematiza a relação entre vida social e agressividade, mostrando que o controle civilizador extrapola a vida privada e sexual e resvala também na vida pública.

Descrevendo e comparando os comportamentos em relação à guerra entre a Idade Média e a modernidade, vemos o autor defender a tese de que até meados do século XV, a sociedade europeia valorizava e instrumentalizava os seus filhos (machos) para a guerra, sendo esta formação um sinal de distinção social positivo. É a partir da consolidação do Estado moderno, urbano, centralizador e classificatório via estatísticas e sensores que o homem moderno será re-educado para as formas sutis e pacíficas, assim:

[...] é a estrutura social que exige e gera um padrão específico de controle emocional. <Nós>, “com nossos costumes e hábitos pacíficos, com o cuidado e a proteção que o estado moderno prodigaliza sobre a propriedade e a pessoa”, dificilmente podemos formar uma idéia dessa outra sociedade [...] (ELIAS, 1994, p. 199).

De outro modo, retomando a discussão da *essencialização* proposta por Heidegger, seria então o caso de pensarmos que o ser do ente está para cada povo constituído na trajetória de formação/formalização da linguagem e daí na tentativa de normalizar normatizando os entes, construindo médios consensuais que estabelecem a ordem e a des-ordem, que contemplam a *physis* e classificam as espécies, inclusive as relativas aos fenômenos sociais. Assim, é correto pensar que cada sociedade dada e a cada momento histórico específico constitua os seus padrões de normalidade, embora não signifique que eles serão aplicados e vividos estrito senso. Portanto, investigar determinado “objeto” não é simplesmente repeti-lo, representá-lo, isso seria pura

essencialização (cf. HEIDEGGER, 1999), ou tentativa de correspondência imediata entre a “coisa” e a palavra/conceito/apreensor.

No entanto, foi esse movimento de essencialização, que vimos proliferar na Europa a partir do século XIX, foi à fuga para a representação e, assim foi a quantificação enquanto proposta metodológica e pressuposto racional de organização social que estabeleceu a possibilidade do “contínuo da normalidade”. Nesse sentido, o uso da violência deixou de ser uma marca de distinção positiva e passou a ser uma função irremediável do chamado Estado e se exercida pelos cidadãos tinha um caráter de marca negativa, incivilidade, barbárie.

Ocorrerá assim um “*desvirtuamento do espírito*”, leia-se, um acirramento do *esquecimento do ser*, quando realizamos a instrumentalização da razão ao transformarmos o espírito em inteligência. Numa linguagem poética, vemos em Pessoa (2003, p.91), uma clara aproximação com as teses antes discutidas:

Contemplo o lago mudo / Que uma brisa estremece, / Não sei se penso em tudo / Ou se tudo me esquece. / O lago nada me diz, / Não sinto a brisa mexê-lo. / Não sei se sou feliz / Nem se desejo sê-lo.

Ou seja, o chamado real ou a realidade não nos falam nada, nós é que construímos discursos sobre algo e inclusive nós mesmos somos frutos de outros discursos, portanto o processo de produção do saber é exatamente o de ser uma invenção-convenção.

Em consonância às discussões anteriores, Nietzsche (2006), discute em *O crepúsculo dos ídolos*, uma crítica à metafísica da representação que destitui a historicidade do chamado real e constitui a essencialização das “coisas”, consolidando a noção de ambiguidade/contradição entre a “coisa e o ser”.

Assim, na modernidade há uma tendência à negação dos sentidos/instintos em detrimento da busca da razão-verdade, como por exemplo, em Platão, no Mito da Caverna, pois para este último nos enganamos quando estamos presos aos sentidos. De modo similar também pensa a moderna ciência na qual o *cogito* determinará a “verdade”, através de movimentos “assépticos” proporcionados pela “terapêutica metodológica”, que visa em última instância a uma negação do corpo/sentidos em detrimento da razão.

Desse modo, a “guerra moderna” seria aquela contra si mesmo, na busca do autocontrole, como bem discute Elias, a civilização dos costumes, ou como satiriza

Nietzsche (2006, p.33): “se teu olho te escandaliza, arranca-o de ti, felizmente nenhum cristão age conforme este preceito”.

A negação desse corpo instinto, quanto à entrega/crença na força centralizadora e protetora das práticas de Estado, nos levaria, segundo o ideário vigente na modernidade, ao apaziguamento e ao adestramento da força física.

Portanto, entendemos que há a necessidade de construirmos e retroalimentarmos a figura dos inimigos, como por exemplo, o pedófilo, o ladrão, o motorista que atropela, seria uma razão possível para o não sufocamento total das ações de resistência, pois a sua existência (a do inimigo) leva o outro (a razão, a moral), a uma ação constante numa cruzada pela ordem, pela *universalidade dos deveres/direitos*, ou segundo Nietzsche (2006), a uma *vida sacrossanta*.

Nesse sentido, Agamben (2002) discute a *politização da vida*, numa franca aproximação ao conceito de biopolítica foucaultiano, a partir do qual problematiza os processos de subjetivação do eu *versus* o assujeitamento promovido pelos estados totalitários modernos.

Apresenta a *tanatopolítica moderna*, construída em estados nazistas e comunistas, como um exacerbamento da pretensão do uso legítimo da violência, efetivado a partir da centralização do monopólio da força ou do *estado de exceção*. Mostra ainda que na moderna tradição democrática, o corpo foi fundado para poder ser negado, controlado, fragmentado e, até ser passível da dispensabilidade/eliminação. Assim, discute-se a questão do *valor da vida ou de que vida merece ser vivida?*

Aqui, interessa-nos pensar a violência como o grande projeto moderno de construir homens civilizados e instituir a ordem. Daí a impossibilidade que vemos em conciliar *liberdade* com os fins últimos modernos relativos à defesa da propriedade privada através do controle sexual e da vida pública. Nos dois casos, esperamos sempre do “cidadão” (como projeto societário) ações que remetam à *idílica ovelhinha bíblica*, seguindo o seu pastor (família e estado) e, devendo entregar-se a sua proteção, assim a máxima caricatural poderia ser esta:

Segue o teu destino, / Rega as tuas plantas, / Ama as tuas rosas. / O resto é a sombra / De árvores alheias. / A realidade / É sempre mais ou menos / Do que nós queremos. / Só nós somos sempre / Iguais a nós-próprios. / [...] os deuses são deuses / Porque não se pensam (PESSOA, 2006, p. 34).

Vida nua sim! No medievo, o clero e a monarquia *versus* os súditos. Vida nua moderna, no nazismo, no socialismo, na democracia estadunidense e, em todos os pseudo- direitos do homem que legitimam, antes de mais nada, os não direitos, a não inalienabilidade destes, a luta como guerra para estabelecer a normalidade via políticas da diferença, como as práticas educacionais multiculturais⁴, tão ao estilo da mãe da democracia moderna à (semiótica) Senhora Liberdade novaiorquina! Ou dito de outra forma, por Florbela, a condição da existência daqueles considerados como vida nua pode ser vista como:

Eu sou a que no mundo anda perdida, / Eu sou a que na vida não tem norte,
Sou a irmã do sonho, e desta sorte / Sou a crucificada... a dolorida.../ Sou talvez a visão que Alguém sonhou, / Alguém que veio ao mundo pra me ver
E que nunca na vida me encontrou! (ESPANCA, 2003, p. 24).

Ao que parece, a poesia explana a questão da idealização do mundo e do sujeito, processo esse que se tornou o grande corolário do ideário educacional moderno, crédulo da capacidade emancipatória da educação. Assim, como resvalará tal crença para todas as demais intervenções sociais, especialmente aquelas medidas de contenção dos sujeitos, denominadas como políticas públicas, podendo também ser lidas como biopoder e biopolíticas.

Agamben (2007), em *Profanações*, discutirá de modo cômico-sarcástico a condição desconfortável do ideário moderno no tocante à positividade da norma jurídica e da ordem, apresentando a profanação como negação da vida nua.

Os principais temas ali abordados dizem respeito às questões relativas a) à descentralidade ou mesmo impossibilidade de um processo identitário, pois o Eu moderno afasta-se do centro (como centro?); b) Aos processos de espetacularização da vida privada, em que o que persiste é a fragmentação do sujeito que tenta/pensa ser um Ser (referencializado e autorreferente); c) ao homem ser visto como um acontecimento, talvez um erro, é antes de mais nada, uma pretensão de Ser; d) ao homem ser o conjunto das máscaras através das quais apresenta-se como *pessoa*, escondendo-se, como fazem as crianças em brincadeiras; e) a que sem o recurso da magia, resta ao homem a ignorância de não saber-se alegre ou triste e de projetar *ad infinitum* seus desejos; e) **à conceituação do mundo, que tira do homem a capacidade da magia, do inominável, portanto, o fato de poder ser sedutor, assim nomear (essencializar) a coisa.**

⁴ Consultar: Torres (2001).

Por isso, resta ao homem o apego aos traços, aos objetos “significados/significadores” através dos quais ele realiza, sem ter uma consciência clara, a sua objetificação no mundo, o criador se deixa domar pela criatura, como por exemplo, podemos metaforizar tomando de empréstimo um fragmento do poema *Esfinge*:

Sou filha da charneca erma e selvagem: / Os gestiais, por entre os
rosmaninhos, / Abrindo os olhos de oiro, p'los caminhos, / Desta minh'alma
ardente são a imagem (ESPANCA, 2003, p. 52).

Parece-nos que tanto na poesia quanto na discussão de Agamben (2002 e 2008), assim como em Heidegger (1999), nós podemos encontrar, de modo subliminar, uma referência à necessidade do humano de projetar-se no mundo e dele extrair aquilo que nomeamos *sentido das coisas*, ou como na produção científica moderna a pretensão de dar sentido às coisas, trazê-las à luz.

CONCLUSÃO

Como foi visto, há uma recorrência ao princípio da *vontade de potência*, inclusive de dizer algo sobre o objeto, mesmo que tenhamos a clareza de que ele é uma invenção. Sendo assim, o estudo do corpo violado remete a pensar que o que marca o ideário da ordem sobre o corpo, na modernidade, são os critérios normalizadores dos conceitos de: a) *organismo*, que estabelece a classificação morfofisiológica, psíquica e socialmente saudável, podendo ser vista na relação entre o normal e o patológico; b) *significância*, também seguindo o corolário da prescrição e conceituação do mundo, estabelece a partir das categorias anteriormente construídas o campo da regra e do desvio; c) *subjetivação*, a partir do *dever ser*, proposto pela teologia, mas muito radicalmente exercido de modo eficiente, pois sutil, pela educação moderna via família, estado e mídia. Aqui encontramos o campo da normalidade, a possibilidade da aceitação, do reconhecimento enfim, somos um *apêndice desse organismo superior, anterior, generalizante e “desejado” por nós!*

O que vemos aqui senão um dos maiores ícones da moderna sociologia falando? São quase três séculos de domesticação do corpo. Os linchamentos são o extravasamento do instinto da vingança, a busca pela ordem, outra ordem?

Mesmo que sejam tidos como ilegalismos, eles se sobressaem às normas postas, mas, como consumações do desejo não se tornam uma nova ordem e esmaecem no

próprio ato de linchar e necessitam do anonimato, do esquecimento! Até que uma nova força desejeante, instale-se.

3. REFERÊNCIAS

ACUSADO de estuprar e matar garota é queimado vivo na cela. 2006. Disponível em: <http://www.jornalpequeno.com.br/2006/7/9/Pagina37929.htm>. Consultado em 09. fev. 2008.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves; MARINHO, Frederico Couto. Padrões regionais de homicídio no Brasil. In:- CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da; BATITUCI, Eduardo Cerqueira (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. P. 177-1890.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. v. 2.

ERASMO, Desidério. **Elogio da loucura**. Porto Alegre: L&PM, 2007. (Coleção L&PM Pocket).

ESPANCA, Florbela. **Sonetos**. São Paulo: Martim Claret, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. (Ditos & Escritos vol. III).

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

HEIDEGGER, Martin. **Introdução à metafísica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

NERUDA, Pablo. **Cem anos de amor**. Porto Alegre: L&PM, 1998. (Coleção L&PM Pocket).

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos, ou, como se filosofa com o martelo**. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

PESSOA, Fernando. **Mensagem**. São Paulo: Martim Claret, 2003.

_____. **Poesia de Ricardo Reis**. São Paulo: Martim Claret, 2006.

RIBEIRO, Renato Janine. (Org.). **Recordar Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SANTOS, Marcos César Guimarães dos; GOMES, Carlos Alberto da Costa. O sonho e a realidade: sociedade e violência. In:- ESPINHEIRA, Gey (Org.). **Sociedade do medo: teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude, pobreza e violência**. Salvador: EDUFBA, 2008. P. 101-116.

TORRES, Carlos Alberto. **Democracia, educação e multiculturalismo: dilemas da cidadania em mundo globalizado**. Petrópolis: Vozes, 2001.